

## VISÃO DE EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA E UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Erick Menezes de Oliveira Junior\*

**RESUMO:** *Descrever-se-ão as modificações que vem passando o ensino universitário brasileiro, analisando as peculiaridades nacionais e regionais. Para Dessarte, a educação formal está passando por um processo de modificação intensa em seus fundamentos. Quanto à concepção de ensino universitário tradicional, baseado em um rígido conteúdo programático, vem sendo substituído por um conteúdo programático mais flexível, que abre espaço para as Universidades, no uso de sua autonomia, agregarem as matérias básicas de um curso, matérias específicas, de acordo com as necessidades regionais. Essa maior abertura do conteúdo programático deve ser vista com particular atenção pelas Universidades situadas no interior, vez que cada micro-região deve receber um suporte teórico para que possa desenvolver-se. Outra reformulação reside no tratamento interdisciplinar entre os diversos ramos do conhecimento. A Universidade, para produzir conhecimento, não pode desvincular o ensino da pesquisa, deve ser um lugar de comunidade, e a comunicação deve ser firmada num sólido entrosamento entre as disciplinas e o processo educativo como um todo. A pesquisa e a extensão devem ser estruturadas a partir das necessidades de uma dada comunidade. Com efeito, da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, alicerçadas nas necessidades regionais, poder-se-á extrair o modelo de ensino universitário almejado.*

**Palavras-chave:** Autonomia; Flexibilização; Interdisciplinariedade.

### 1. INTRODUÇÃO

A educação é continuamente desafiada a educar jovens para uma sociedade futura ainda pouco conhecida; para tanto, é necessário o estabelecimento de uma linha de ação de planejamento educacional, identificando e distinguindo objetos, meios de atingi-los e conteúdo apropriado.

Nesse sentido, procurar-se-ão identificar as principais propostas educacionais para a universidade brasileira, discutindo-se e ressaltando-se os seus primordiais aspectos e as repercussões desses projetos, caso venham a ser implementados.

Para tanto, observar-se-ão as relações que se estabelecem entre a universidade e a comunidade na qual está inserida, bem assim as profundas mudanças pelas quais vem passando a nossa sociedade contemporânea, o que vem a exigir uma resposta educacional adequada.

Utilizar-se-á a análise de pesquisa bibliográfica acerca do assunto, não se utilizando nenhuma forma de pesquisa de campo.

### 2. VISÃO DE EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA E UNIVERSIDADE BRASILEIRA

No atual contexto de profundas transformações, o sistema educacional precisa repensar sua prática, sua existência numa sociedade do terceiro milênio que busca se construir em sistemas abertos, dinâmicos, que se transformam no jogo de suas trocas.

---

\* Professor Auxiliar de Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Pós-Graduando em Processo pela Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR, Advogado. E-mail: [erickmjunior@yahoo.com.br](mailto:erickmjunior@yahoo.com.br)

O ensino universitário precisa transformar-se num sistema onde a essência não é mais um percurso pré-determinado, mas que se baseia em desequilíbrios, interações e transformações.

Educar para o futuro significa educar para compreender o homem e suas relações, ensinando a compreensão entre as pessoas e o meio como condição de garantia e solidariedade intelectual e moral da humanidade. Dessarte, impõe-se a afirmação de Marcos Masetto (Masetto, 1998, p. 12) acerca dessa temática:

O mais grave (ainda hoje, em muitas faculdades e universidades brasileiras) diz respeito ao seguinte: não se tem consciência na prática que a aprendizagem dos alunos é o objetivo central dos cursos de graduação e que nosso trabalho de docentes deve privilegiar não apenas o processo de ensino, mas o processo de ensino-aprendizagem, em que a ênfase esteja presente na aprendizagem dos alunos e não na transmissão de conhecimentos por parte dos professores. Nosso papel docente é fundamental e não deve ser descartado como elemento facilitador, orientador, incentivador da aprendizagem. Como simples e tão-somente repassadores de conhecimento, esse papel realmente está em crise e, já há algum tempo, ultrapassado.

A orientação de pensamento atual tende a considerar que a mutação em curso, neste começo de milênio, não subverte apenas os métodos e as estruturas das nossas sociedades, mas os valores e os fins da vida humana, tão profundamente quanto a que marcou, há cinco ou seis mil anos, a passagem da vida de caçadores e de pastores nômades à de agricultores sedentários.

No mundo contemporâneo, nenhum problema, nem o das nossas relações com a natureza, nem o da nossa relação com os outros homens e com as sociedades, nem o do nosso relacionamento com o futuro e com as incertezas, com os próprios objetivos da aventura humana e com a fé, poderá se resumir aos limites de uma nação, nem mesmo de uma "ciência" separada de uma "sabedoria", ou seja, de uma reflexão sobre os fins. Nessa perspectiva, o futuro não pode ser um lugar de probabilidades, de extrapolações dos prolongamentos do passado e do presente, mas o lugar das possibilidades, isto é, da criação e realização do novo.

Nesse contexto em mutação, o terceiro grau vem sendo alvo, nas últimas décadas, de intenso debate, que circunda em torno de suas funções sociais, quando se levantam interrogações sobre as condições de produção e apropriação do conhecimento científico e suas expressões práticas no seio das relações entre a ciência e a sociedade. Em nível mais específico, os questionamentos se colocam em duas direções, ao buscarem perceber; as dimensões que caracterizam o processo de formação profissional, tendo em vista as metamorfoses do mundo do trabalho no período contemporâneo, e o significado da dimensão educacional na preparação de pessoal qualificado para o exercício de atividades de produção, assim como as interfaces que a educação tem construído com os diversos setores e segmentos da sociedade, no que tange à qualidade e eficiência dos serviços e às demandas específicas a serem atendidas.

Há uma polêmica travada em torno da relação *democratização x competência*, resultante de três crises que se entrelaçam: de *hegemonia*, de *legitimidade* e de *autonomia*.

Todavia a cobrança de avaliação de uma determinada *competência* da instituição acadêmica não pode estar separada dos interesses que identificam os destinatários desta *competência*, pois a *competência* não pode ser vista como uma entidade abstrata, autônoma e desvinculada de interesses que definem saberes, disciplinas, conteúdos, métodos, instrumentos, discursos que a *legitimam* como democrática ou que a impõem como relação de força, silenciando projetos acadêmicos oriundos das *camadas subalternas* tradicionalmente excluídas da academia.

Nas lutas cotidianas dentro das instituições técnicas de ensino, articuladas às lutas mais amplas pela *democratização* das estruturas econômico-sociais, podemos fincar alguns alicerces de uma concepção de ensino.

A democratização ou abertura do ensino à sociedade em geral pode ser representado pelos programas e projetos desenvolvidos com a população externa à instituição.

Assim, se uma sociedade é estruturada produzindo e distribuindo seus bens de uma forma que gera desigualdade e injustiça, como o faz a sociedade capitalista, essa é também uma característica do ensino formal. Ambas interagem e se fortalecem. Tem-se a concepção de *dupla mão*, isto é, a de que o ensino formal também tem muito a aprender com a população. Todavia existe também a responsabilidade de devolver, de restituir à sociedade algo daquilo que ela própria recebeu, o que não pode ser realizado no sentido de uma ação assistencialista.

Com efeito, o papel da educação, como instrumento social de mudança, deve ser debatido e, principalmente, ser colocado em prática no sentido de influir na realidade social a ele subjacente, nesse diapasão registre-se o ensinamento de Carlos Rodrigues Brandão (Brandão, 1995, p.98-99):

[...] Se na sociedade desigual ela reproduz e consagra a desigualdade social, deixando no limite inferior de seu mundo os que são para ficar no limite inferior do mundo do trabalho (os operários e filhos de operários), e permitindo que minorias reduzidas cheguem ao seu limite superior, por que acreditar ainda na educação? Se ele pensa e faz pensarem o oposto do que é, na prática do seu dia-a-dia, por que não forçar o poder de pensar e colocar em prática uma outra educação?

A resposta mais simples é: “porque a educação é inevitável”. Uma outra, melhor seria: “porque a educação sobrevive aos sistemas e, se em um ela serve para à reprodução da desigualdade e à difusão de idéias que legitimam a opressão, em outro pode servir à criação de igualdade entre os homens e à pregação da liberdade”. Uma outra ainda poderia ser: “porque a educação existe de mais modos do que se pensa e, aqui mesmo, alguns deles poder servir ao trabalho de construir um outro tipo de mundo”. (grifos do autor).

Dessa forma, tem-se como importante referencial a elaboração de um projeto pedagógico consentâneo com as novas diretrizes educacionais, que respeite as limitações técnico-educacionais de professores e alunos, mas que sirva, ao mesmo tempo, como um marco estimulador de novas conquistas no campo do conhecimento, em outras palavras, que concilie a realidade local onde está inserida determinada escola – aspecto fático que não pode ser desprezado – com as diretrizes teóricas que deve guisar todo o ensino formal profissionalizante – aspecto ideal do ensino. Nesse sentido, é mister ressaltar a lição de Maria Isabel da Cunha (*in* Masetto, 1998, p. 31-32):

A questão pedagógico-curricular, por isso, é muito mais profunda e anterior ao mero rearranjo do conhecimento disciplinar: é de ordem epistemológica, pois vem da concepção de conhecimento, e de ordem pedagógica, isto é, de como se percebe o ato de aprender. Ao final, é sempre uma questão de ordem política, como são todos os atos humanos, pois pressupõe uma concepção de homem e de sociedade que envolve os fins da educação. Os estamos trabalhando para a reprodução e a dependência ou queremos educar para a autonomia e a independência intelectual e social. Essa é uma decisão de fundo, mesmo que reconheçamos as amarras históricas que tornam essa decisão, na prática, bastante complexa.

Entretanto, a concepção de ensino universitário tradicional baseada em um rígido conteúdo programático, uniforme em todo o país, vem sendo substituído por um conteúdo programático mais flexível, que abre espaço para as Universidades, no uso de sua autonomia reconhecida pela Constituição Federal, agregarem às matérias básicas de um determinado curso, matérias específicas, que reflitam os anseios e as necessidades de uma determinada comunidade.

Nessa esteira de inteligência, insta salientar que, após as reivindicações sociais que não suportavam mais um fazer acadêmico tradicional e retrogrado, começa-se a vislumbrar modificações concretas nas Universidades, que, se aproximando mais da sociedade na qual está inserida, inicia um movimento de modelar o conteúdo teórico às necessidades concretas e específicas de determinada região.

Esse movimento de abertura do conteúdo programático para as necessidades específicas de determinada região deve ser visto com particular atenção pelas Universidades que estão localizadas no interior dos Estados, uma vez que cada micro região apresenta suas próprias peculiaridades, que devem receber um suporte teórico da universidade para que possam ter o avanço desejado. Registre-se nesse diapasão a lição de Marcos Masetto (Masetto, 1998, p. 18):

O ensino superior certamente irá rever seus currículos de formação profissional à luz das novas exigências que estão postas para o exercício competente das profissões em nossa sociedade. A revisão dos novos perfis das várias carreiras, por certo, indicará as alterações curriculares que possam atender melhor às exigências atuais.

As indicações anteriores quanto à formação profissional simultânea com a formação acadêmica, à flexibilização e à dinamização curriculares, à revitalização da vida acadêmica pela atividade profissional, à desestabilização de currículos fechados e acabados, e a ênfase na formação permanente serão sinalizações para o ensino superior repensar a formação profissional.

Com efeito, a educação universitária deve ser vista também de forma interdisciplinar, para tanto necessitando da unificação do saber, ao invés, do tratamento compartimentalizado que tem recebido o processo de ensino, principalmente na universidade cheia de especialismos e de fragmentação. A proposta é fundamentada na necessidade da educação, em qualquer nível, está voltada para uma formação integral; interesses e desejos dos alunos devem ser sopesados e respeitados, tendo em vista suas relações afetivas e sociais.

Como a universidade pode tornar-se interdisciplinar? O primeiro passo rumo à nova proposta é a mudança do paradigma de universidade e da postura dos professores. A função da universidade já não é mais integrar as novas gerações ao tipo de sociedade preexistente, pela modelagem do comportamento aos papéis sociais prescritos e ao acervo de conhecimentos acumulados. No novo conceito de papel social da educação, a universidade também tem a função de construir, pela práxis, uma nova relação humana, revendo criticamente o acervo de conhecimentos acumulados, tomando consciência da participação pessoal na definição de papéis sociais.

A interdisciplinaridade refere-se a uma nova concepção de ensino e de currículo, baseada na interdependência entre os diversos ramos do conhecimento. A interdisciplinaridade rompe a barreira existente entre as disciplinas e seus especialistas; a verdade suprema de cada disciplina é substituída pela verdade do homem como ser no mundo. Também promove a abertura a novos saberes, favorece a compreensão e a reconstrução através da invenção. Para isso, o educador deve se questionar sempre, deve estar sempre duvidando de seu saber e de si mesmo, deve estar em constante espírito de procura e nunca de posse ou poder. O progresso da educação não está na domesticação, mas no ensinar a aprender, a se construir ou a se reconstruir.

Um novo modelo curricular, de fase interdisciplinar, exige uma nova visão da academia, criativa, ousada e com uma nova concepção de divisão do saber, pois a especificidade de cada conteúdo, dentro de cada disciplina, precisa ser garantida paralelamente à sua integração num todo harmonioso e significativo.

Contudo insta assinalar que a prática interdisciplinar ainda não existe em nossas universidades, tanto no campo do ensino como da pesquisa, o que existe é a pluridisciplinaridade. Estes encontros pluridisciplinares acontecem pelas práticas individuais daqueles que descobriram a necessidade da interdisciplinaridade para: abrir a visão do homem para a compreensão de situações complexas; trocar o poder pelo saber; abandonar a concepção de verdades únicas.

O conhecimento interdisciplinar é uma atitude de espírito, de modo de viver. É algo que se constrói pela abertura, pela curiosidade e busca constante, livre dos *especialismos* que limitam e da crença acrítica nos saberes tidos como verdadeiros. Entrementes, o avanço do conhecimento é impedido pela falta do questionar, que não acontece devido à vaidade suprema de sistemas de ensino que se consideram maduros intelectualmente.

Com efeito, a universidade pode ser transformada pelo interdisciplinar. Para isso, muitos obstáculos epistemológicos, institucionais, psico-sociológicos, culturais precisam ser superados. Os obstáculos psico-sociológicos e culturais que impedem o ensino interdisciplinar são constituídos pela falta de conhecimento do real significado do projeto interdisciplinar, a ausência de uma formação específica, o que causa insegurança, medo e preconceito, acerca de uma realidade ainda desconhecida. A acomodação à situação estabelecida e o medo de perder prestígio pessoal fazem surgir a recusa e impossibilita a formação de uma equipe em busca de uma linguagem comum, a linguagem interdisciplinar.

Mister se faz destacar outros obstáculos que surgem às práticas interdisciplinares, como a rigidez das estruturas institucionais que reforçam as idéias capitalistas; as metodologias que não dão abertura ao questionamento das formas de desenvolvimento dos conteúdos; os planejamentos orçamentários precários; a falta de uma adequada base teórica na formação docente e a inexistência de uma política educacional nacional que valorize o educador e lhe propicie condições financeiras, materiais e técnicas para exercer sua função com uma carga horária mais reduzida, fato este que lhe possibilitaria ter condições adequadas para investir em sua qualificação.

Nenhum obstáculo, porém, é maior do que a estagnação, a falta de interesse, de motivação dos profissionais da área acadêmica. Destarte, a existência de preconceitos, entre os educadores que são os sujeitos responsáveis, *ab initio*, pela produção do conhecimento, bem assim, pela manutenção de contato direto com os educandos, erige-se em um fator impediante que iniciativas externas no sentido de implantar um projeto interdisciplinar nas universidades, logre êxito.

Assim, para que o projeto interdisciplinar possa frutificar nas universidades, é necessário desvendar o seu real significado e as potencialidades positivas que ele introduz no seio acadêmico, ministrando cursos e seminários sobre essa temática, dirigidos especificamente para professores. Dessa forma, a partir da discussão salutar e positiva, demonstrar-se-á que, na sociedade pós-moderna na qual estamos inseridos, é fundamental modificar a concepção teórica dominante para que os verdadeiros desideratos da educação universitária continuem sendo alcançados.

Saliente-se, ainda, que a universidade, para produzir conhecimento, não pode desvincular o ensino e a pesquisa, deve ser um lugar de comunidade e comunicação firmada na unidade das disciplinas e do processo educativo, e isto só se torna possível através da interdisciplinaridade. A missão da universidade é introduzir profundamente a força e o poder do conhecimento e da reflexão, livres, o máximo possível, de ideologias políticas e administrativas.

Dessa forma, a democratização ou abertura da universidade à sociedade em geral passa necessariamente pelos programas e projetos desenvolvidos com a população externa à instituição.

A pesquisa e a extensão, como imprescindíveis espaços de articulação com o movimento do real, precisam ser estruturados a partir da necessidade de uma dada comunidade.

Assim, da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, alicerçados nas necessidades de uma dada comunidade, pode se extrair o modelo de universidade e de ensino universitário almejados.

## **2.1. Professor *versus* processo ensino aprendizagem**

Para que seja possível esquadrihar a relação do professor com o processo de ensino e aprendizagem, com a devida completude, é necessário reconhecermos dois pontos de mutação, pelos quais passam a sociedade moderna e a sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, começamos a vivenciar o denominado pós-modernismo que se caracteriza na área educacional por uma avalanche de conhecimentos, impossíveis de serem apreendidos na sua inteireza exigida.

A Internet, que reduziu ainda mais as fronteiras da aldeia global, é um multiplicador de conhecimentos, com suas inúmeras bibliotecas virtuais, livros, revistas, artigos científicos, enfim, o conhecimento acessível a todos com um simples toque no computador.

Destarte, no Brasil, ainda se passa por um segundo processo de mudança, que reside na expansão do ensino universitário, como jamais havia sido visto antes. As universidades e os universitários, vistos anteriormente como sinônimos da classe dominante, passam por uma reformulação de conceitos, pois à medida que se expande o ensino e, por conseguinte, torna-se mais acessível à população, começam a surgir graduados que não mais se encontram no topo da esfera social.

Certo é que essa expansão em massa do ensino universitário apresenta-se de uma forma muito mais nítida, por que não dizer restrita ao ensino universitário particular. Mas, mesmo assim, sem juízo de valor sobre ser um fato positivo ou negativo, alargou-se o funil da entrada no ensino universitário.

Essas duas mudanças incidem de maneira enfática no perfil que se deseja do professor universitário.

Encontrando-se a universidade no ápice do ensino fundamental e médio, o professor terá a difícil incumbência de demonstrar que, apesar da importância das etapas já vencidas, inicia-se uma fase em que será exigido do aluno uma capacidade muito maior de discernimento e disciplina para que logre êxito na sua formação profissional – o aluno será co-responsável pela sua formação pessoal.

Destarte, ao revés do ensino fundamental e médio, onde o conteúdo programático pode-se apresentar muito mais fechado e definido, na Universidade, o ensino tem que ser necessariamente plural, pois o professor não pode irrogar-se como definidor da linha de atuação dos futuros profissionais.

O papel do professor, nesse contexto, deverá ser fincado na orientação e na demonstração aos alunos das diferentes linhas de atuação que podem ser seguidas, isto é, além das diferentes especializações que o aluno pode optar, como bacharel, em determinada área; devem ser apresentados, ao aluno, os caminhos da pesquisa e da extensão universitária.

Assim, a educação, inserida na Sociedade de Informação, leva a uma nova postura do professor em relação ao processo ensino-aprendizagem. Com o educando, deve ser trabalhado o pensamento holístico, pois, no futuro, permitirá adaptações e atualizações rápidas, vendo os problemas de forma interconectada e interdependente.

Cabe ao professor oportunizar um processo de ensino-aprendizagem que contemple os mais diferentes estilos de aprendizagem e tipos de inteligência existentes na mesma classe. Portanto existe a necessidade de cada aluno navegar sobre vastos repositórios de informação textual, imagética e sonora, a partir de estratégias diferenciadas de ensino. A sala de aula deve ser um local de aprendizagem, do debate argumentativo, das regras necessárias à discussão, da escuta e do respeito a todas as vozes.

No que tange ao professor de Direito, pode-se afirmar que, além dos papéis mencionados, deverá ser um instrumento de conscientização dos alunos, da importância de aproveitar o espaço, o tempo e os recursos oferecidos pela faculdade para investir em uma sólida formação intelectual, onde seja agregado à formação básica dos bancos acadêmicos, uma rotina de estudo, discussão, pesquisa e extensão. Pois, no contexto vivenciado, onde a ciência jurídica é vilipendiada por profissionais sem a menor qualificação, torna-se fundamental a conscientização dos alunos sobre a importância de resgatar a confiança da sociedade nos profissionais do Direito e, principalmente, de contribuir para a formação de Universidades de renome no cenário regional e nacional.

O educador de profissionais deve ter uma atitude aberta, não dogmática, de aproximação teórico-prática do educando, pois a ação educativa nunca está plenamente dada, pois necessita da interação do educando para completar-se como prática educativa.

Mais do que isso, o educador de profissionais pretende propiciar ao educando os recursos necessários à compreensão e à intervenção na sua prática cotidiana, local e global, ciente de que o processo de ensino e aprendizagem é uma via de mão dupla, onde quem ensina aprende, e quem aprende também ensina. E que a tarefa de ensinar não se restringe ao aspecto formativo na sala de aula, mas também inclui aspectos de gestão e de manejo de relações humanas no contexto da Universidade.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, a partir do momento em que foram identificadas as modificações pelas quais vem passando a sociedade brasileira e os reflexos dessas no ensino universitário tradicional, vislumbrou-se a necessidade de questionar e de repensar o ensino universitário.

Contudo tal movimento de idéias não surgiu de uma forma abstrata desvinculada dos problemas sociais subjacentes, ao revés, foi a reação dos pensadores da educação a partir da insatisfação latente e dos reclames da população em face de um fazer acadêmico tradicional que em nada vinha contribuindo para a melhoria social.

Nesse sentido, o reconhecimento da autonomia universitária para implementar modificações nas grades curriculares, para possibilitar a sua adaptação às necessidades de uma dada comunidade, bem assim o manejo adequado do instrumento interdisciplinar, associado à pesquisa e à extensão, fulcradas nas necessidades concretas de uma sociedade, poderão fazer com que a universidade readquira um papel social relevante e condizente com os anseios populares.

### 4. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MASETTO, Marcos T. (org.). **Docência na Universidade**. Campinas: Papirus, 1998.